

Rio sob intervenção



Ficha institucional

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – Presidente

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra

Arthur Trindade Maranhão Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Elisandro Lotin de Souza

Jésus Trindade Barreto Jr.

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Paulo C. Pinheiro Sette Câmara

Roberto Maurício Genofre

Yolanda Salles D. Catão

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Silvia Ramos de Souza

FICHA TÉCNICA DO PROJETO

Equipe Executiva

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Textos

Anabela Paiva

Ana Carolina Evangelista

Arthur Trindade Maranhão Costa

Daniel Cerqueira

Eduardo Carvalho

Ibis Pereira

Ignacio Cano

João Trajano Sento-Sé

Manoela Miklos

Pablo Nunes

Regina Esteves

Renato Sérgio de Lima

Robson Rodrigues da Silva

Rosilene Miliotti

Samira Bueno

Silvia Ramos

Equipe técnica

Cauê Martins

Cristina Neme

David Marques

Isabela Sobral

Marina Pinheiro

Roberta Astolfi

Amostragem e Coleta

Instituto Datafolha

Revisão dos dados

Isabela Sobral

Roberta Astolfi

Produção Visual

Seepix

Assessoria de Comunicação

Analítica Comunicação

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
PRINCIPAIS RESULTADOS – MEDO, RISCO E VITIMIZAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	5
POR UMA NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima	10
OS NÚMEROS QUE ME ATINGEM Edu Carvalho	13
QUE TIRO FOI ESSE? Arthur Trindade e Daniel Cerqueira	14
UM NOVO LEVIATÃ? Robson Rodrigues da Silva	16
A CRISE NO RIO E AS INSTITUIÇÕES EM FRANGALHOS: CORRA QUE A POLÍCIA VEM AÍ – VERSÃO RIO João Trajano Sento-Sé	18
UMA QUESTÃO DE CONFIANÇA Regina Esteves	20
A ESPECIFICIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO Ignacio Cano	22
SOBRE OS HOMENS, A GUERRA E O MEDO Ibis Pereira	24
ESTIMULAR O MEDO PARA CONTROLAR A SOCIEDADE Rosilene Miliotti	26
O MAU ENCONTRO Sílvia Ramos, Anabela Paiva e Pablo Nunes	28
NADA NOS DEMOVE: NOSSOS SONHOS SÃO MUITO BONS Ana Carolina Evangelista e Manoela Miklos	30

Apresentação

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Datafolha e apoio do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec, da Universidade Cândido Mendes, coloca à disposição neste relatório os resultados de uma pesquisa de opinião que investiga aspectos associados à segurança pública no Brasil e, mais especificamente, à realidade da Cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa FBSP/Datafolha “Rio sob Intervenção” teve como objetivo principal oferecer uma visão ampla sobre medo, risco e vitimização da população carioca e criar uma linha de base fidedigna para a avaliação e monitoramento da Intervenção Federal na Segurança Pública. É a forma que o FBSP encontrou para aliar sua linha de atuação em torno de uma aposta radical na transparência e na prestação de contas enquanto ferramentas de modernização da área ao monitoramento que vem sendo realizado pelo Observatório da Intervenção, liderado pelo Cesec/UCAM.

Por esta aposta, o FBSP entendeu que o debate em torno da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, decretada em 16 de fevereiro de 2018, pode ganhar mais densidade se também subsidiado com indicadores que permitam aos vários setores dedicados à análise da questão uma discussão sobre as percepções de medo e risco, bem como a prevalência da vitimização da população carioca com 16 anos ou mais de idade.

O que, em outras palavras, significa dispor de uma ferramenta de acompanhamento e monitoramento não só das ações que estão sendo formuladas e implementadas pelo Interventor Federal nomeado e sua equipe, mas da evolução dos registros oficiais. A transparência e o rigor técnico que os dados sobre ocorrências policiais e registros criminais têm no Rio de Janeiro não podem ser vítimas de eventuais estratégias opacas. E, para não nos fiarmos apenas em declarações de intenção, nada mais enfático do que produzir evidências para balizar o debate.

Principais resultados – medo, risco e vitimização na cidade do rio de janeiro


Medo	Tem medo	Risco	Muita chance de acontecer	Vitimização 12 meses	Sim
Ter sua residência invadida ou arrombada?	84	Ter sua residência invadida ou arrombada	22	Teve sua residência invadida ou arrombada?	4
Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto?	89	Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto	41	Teve objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto?	20
Ter seu carro ou moto tomado de assalto?	80	Ter seu carro ou moto tomado de assalto	34	Teve seu carro ou moto tomado de assalto?	5
Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas?	68	Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	13	Se envolveu em brigas ou agressões físicas com outras pessoas?	6
Morrer assassinado?	87	Morrer assassinado	35	Foi sequestrado?	1
De ser sequestrado?	78	De ser sequestrado	22	Sofreu sequestro relâmpago?	1
De sofrer sequestro relâmpago?	80	De sofrer sequestro relâmpago	23	Foi vítima de agressão sexual?	1
De ser vítima de agressão sexual?	74	De ser vítima de agressão sexual	20	Foi vítima de uma fraude e perdeu quantia significativa de dinheiro?	9
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro?	85	Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	25	Recebeu uma ligação de bandidos exigindo dinheiro?	28
Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro?	69	Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	26	Foi vítima de violência por parte da polícia militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas?	6
Ser vítima de violência por parte da polícia militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas?	70	Ser vítima de violência por parte da polícia militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo	22	Foi vítima de violência por parte da polícia civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias?	3
Ser vítima de violência por parte da polícia civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias?	61	Ser vítima de violência por parte da polícia civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	17	Teve o celular furtado ou roubado?	23
Ter o celular furtado ou roubado?	84	Ter o celular furtado ou roubado	43	Teve os seus conteúdos pessoais divulgados na internet?	3
Ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet?	77	Ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet	21	Teve parentes envolvidos com drogas?	25
Ter parentes envolvidos com drogas?	69	Ter parentes envolvidos com drogas	19	Teve filho(s) presos injustamente?	0
Andar na vizinhança depois de anoitecer?	67	Andar na vizinhança depois de anoitecer	30	Foi roubado, assaltado, furtado, em casa, na rua	20
Ter filho(s) presos injustamente?	76	Ter filho(s) presos injustamente?	20	Foi acusado de um crime?	1
Ser roubado, assaltado, furtado, em casa, na rua?	89	Ser roubado, assaltado, furtado, em casa, na rua	38	Foi vítima de agressão física (em casa e na rua)?	6
Ser acusado de um crime?	71	Ser acusado de um crime?	16	Foi roubado ou assaltado em casa, no transporte ou na escola/trabalho?	18
De ser vítima de agressão física (em casa e na rua)?	81	De ser vítima de agressão física (em casa e na rua)?	21	Foi vítima ou teve um parente vítima de bala perdida?	8
Ser roubado ou assaltado em casa, no transporte ou na escola/trabalho?	89	Ser roubado ou assaltado em casa, no transporte ou na escola/trabalho?	38	Foi ferido em um assalto ou roubo?	2
Ser vítima ou ter um parente vítima de bala perdida?	92	Ser vítima ou ter um parente vítima de bala perdida?	40	Se viu no meio do fogo cruzado de um confronto entre policiais e bandidos?	30
Ser ferido ou morto em um assalto ou roubo?	92	Ser ferido ou morto em um assalto ou roubo?	39	Ouviu tiroteios próximos a você?	75
Se ver no meio do fogo cruzado de um confronto entre policiais e bandidos?	92	Se ver no meio do fogo cruzado de um confronto entre policiais e bandidos?	39		
Ouvir tiroteios próximos a você?	79	Ouvir tiroteios próximos a você?	42		

Rio sob intervenção – março /2018


A Pesquisa FBSP/Datafolha tem como objetivo principal oferecer uma visão ampla sobre medo, risco e vitimização da população carioca e criar uma linha de base fidedigna para a avaliação e monitoramento da Intervenção Federal na Segurança Pública. É a forma que o FBSP encontrou para aliar sua linha de atuação ao monitoramento que vem sendo realizado pelo Observatório da Intervenção, liderado pelo Cesec/UCAM.

■ APOIO À INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

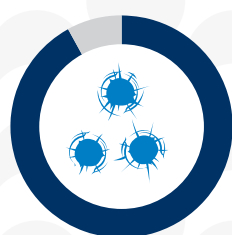



76% da população da cidade do Rio de Janeiro apoia a intervenção federal na segurança pública




Destes, **69%** acham que a presença do Exército não fez diferença alguma na segurança da cidade

■ MORADORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO TÊM MEDO DE...



92%
Bala perdida



92%
Serem feridos ou mortos em assalto



92%
Ficar no meio de um tiroteio entre policiais e bandidos



87%
Morrer assassinado



84%
Ter sua casa invadida ou roubada



70%
Sofrer violência da Polícia Militar

¹ Levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pela população com 16 anos ou mais da cidade do Rio de Janeiro. Levantamento realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2018. Foram realizadas 1.012 entrevistas presenciais, com margem de erro máxima de 3 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Pesquisa realizada pela Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

■ **A EXPERIÊNCIA CONCRETA COM A VIOLÊNCIA NOS 12 MESES ANTERIORES À PESQUISA**



75% da população ouviu tiroteio



4 milhões de habitantes²

- 78% dos moradores das comunidades e 73% dos que vivem em outros territórios
- 73% dos homens e 76% das mulheres

● **Maior entre os mais jovens**
86% dos adolescentes e jovens de 16 a 24 anos



30% ficaram no meio de um tiroteio entre policiais e bandidos



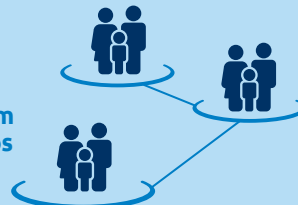
1,6 milhão de habitantes

- Mesmo percentual entre homens e mulheres
- Mesmas proporções verificadas em praticamente todas as faixas etárias (16 a 50 anos)
- 32% dos negros e 26% dos brancos



37% dos que vivem em comunidades

26% dos que vivem em outros territórios



² As projeções populacionais da vitimização foram feitas considerando os mínimos amostrais para margem de erro e, portanto, as estimativas podem estar subestimadas.



Rio sob intervenção – março / 2017

■ NOS ÚLTIMOS 12 MESES



23% tiveram o celular roubado ou furtado

→ **1,2 milhão** de habitantes

- Mesmo percentual entre homens e mulheres

- Levemente superior na faixa etária de 16 a 24 anos (**33%**), mas significativamente alta também nas faixas etárias entre 25 a 44 anos (**29%**)



- **25%** dos negros e **18%** dos brancos



21%
dos que vivem em comunidades



23%
dos que vivem em outros territórios



17,7% → da população foi roubada ou assaltada



17%
Mesmo percentual entre os brasileiros em 2017³

- Mesmo percentual entre homens e mulheres
- Levemente superior na faixa etária de 16 a 24 anos (**27%**), mas significativamente alta também entre população de 25 a 29 anos (**22%**) e 35 a 44 anos (**22%**)
- Mesmo percentual entre brancos e negros (**18%**)
- **17%** dos residentes em comunidades e **18%** dos que vivem em outros territórios

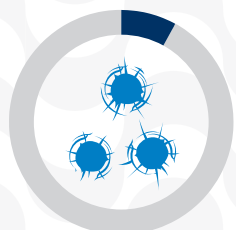


4% teve sua casa invadida ou roubada



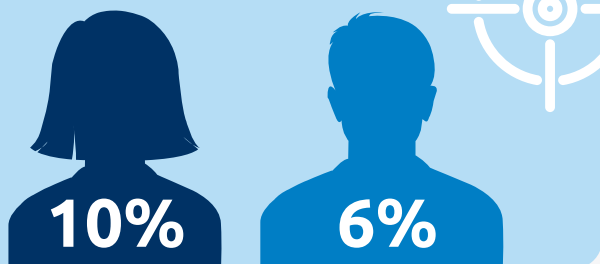
Contra **7,5%** dos brasileiros em 2017

- Mesmo percentual entre homens e mulheres
- **5%** dos negros e **3%** dos brancos
- **5%** dos que residem em comunidades e **4%** dos que vivem em outros territórios



8% foram vítimas ou tiveram um parente que foi vítima de bala perdida → **415 mil** cidadãos

• **Maior percentual verificado entre mulheres**



• **Maior vitimização na faixa etária de 16 a 24 anos (16%)**

• **Maior entre negros (10%)** do que entre brancos (6%).

Dentre os negros a vitimização foi maior entre os pretos (12%) do que entre os pardos (8%)



• **9%** dos que vivem em comunidade e **7%** dos que residem em outros territórios



6% foram vítimas de violência da Polícia Militar → **3,6%** dos brasileiros em 2017



Contra

- **Maior vitimização verificada entre homens (9%)** do que entre mulheres (4%)
- **Maior entre negros (8%)** do que entre brancos (6%)
- **9%** dos que residem em comunidades e **5%** dos que vivem em outros territórios

Experiência direta com a violência reduz o apoio à intervenção federal, em especial entre os que foram vítimas de violência da PM

- **35%** dos que se colocam contra a intervenção se viram no fogo cruzado entre bandidos e polícia nos últimos 12 meses; **29%** dos favoráveis à intervenção vivenciaram a mesma experiência
- **12%** dos que são contra a intervenção foram vítimas ou tiveram um parente vítima de bala perdida; contra **7%** dos que são favoráveis
- **17%** dos que se colocam contra a intervenção foram vítimas de violência da PM; contra **4%** dos favoráveis

Por uma nova política de segurança pública

Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima

O Brasil é um país extremamente violento e mantém milhões de brasileiros em estado permanente de medo e insegurança. A crise que assola o Rio de Janeiro é também a crise do Estado brasileiro em sua incapacidade de garantir segurança e cidadania para a população. Lideramos rankings mundiais dos mais vergonhosos, dentre os quais o país que concentra o mais número absolutos de homicídios do planeta. Uma violência endêmica que define hábitos e rotinas, solapa a confiança da população no Estado e se traduz diariamente em dor e sofrimento para milhões de brasileiros.

Infelizmente o que se vê no Rio de Janeiro não é diferente do que se observa em tantas outras cidades brasileiras de norte a sul do país. O medo que atinge a população carioca, tal como o medo de morrer assassinado, atinge na mesma proporção a população brasileira. Os dados de vitimização criminal

coletados por esta pesquisa mostram que para diversos delitos, em especial aqueles contra o patrimônio, os números registrados na cidade do Rio de Janeiro assemelham-se à média nacional. No que diz respeito às taxas de mortalidade violenta, ao menos uma dúzia de outros estados apresentam indicadores superiores ao do contexto fluminense.

Dito isso, o que torna a crise vivida pelo Rio de Janeiro tão diferente da de tantas outras cidades a ponto de justificar a intervenção do Governo Federal na Segurança Pública? A julgar pelos indicadores de criminalidade e vitimização, algumas dezenas de cidades brasileiras provavelmente estariam à frente do Rio de Janeiro em uma lista de prioridades. Poderia ser dito que o poder bélico do crime organizado e os constantes tiroteios entre facções criminosas, milícias e policiais são especificidades do contexto carioca que exigem soluções radicais como uma intervenção federal de caráter militar.

A esta altura parece óbvio para toda a população que a intervenção é uma medida eleitoreira, realizada no afogadilho e sem nenhum tipo de planejamento por um presidente cuja aprovação popular não passa de um dígito. Ainda assim, 76% da população se mostra favorável a medida, mesmo que 69% dos que a apoiam não tenham notado diferença alguma na segurança da cidade desde o início da intervenção em fevereiro. Uma sociedade em que 92% da população tem medo de ser ferida ou morta por uma bala perdida ou de ficar no meio do fogo cruzado entre criminosos e polícia é uma sociedade que, por

viver sob a égide do medo e de uma violência difusa que pode fazer qualquer pessoa vítima e em qualquer lugar, clama por soluções.

De fato, quando verificamos que 30% dos habitantes da cidade vivenciaram a experiência de ter ficado em meio a um tiroteio nos últimos doze meses temos noção da dimensão da crise que atinge a cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, a violência está longe de ser democrática. Negros e moradores das comunidades permanecem como as maiores vítimas dessa violência que aterroriza todos e todas. 37% dos moradores de comunidade se viram diante de um tiroteio e 26% da população que reside em outros territórios. Os moradores das comunidades também foram proporcionalmente mais vítimas de balas perdidas (9%) do que o restante da população (7%), assim como mais vítimas de agressão física em casa ou na rua (9% entre os que vivem em comunidades e 5% dentre o restante da população).

Mas é justamente a violência por parte daqueles que deveriam garantir a segurança e a cidadania da população que coloca o Rio de Janeiro em uma posição bastante singular diante do contexto brasileiro: 6% da população sofreu violência por parte da Polícia Militar no último ano, proporção que chega a 9% entre os homens e 4% das mulheres; 9% dos pretos e 4% dos brancos; 9% dos que residem em comunidades e 4% do restante da população. Não é à toa que 70% da população tenha afirmado que tem medo de ser vítima de violência da polícia militar, número que cresce dentre os que residem nas comunidades (78%) e entre os negros (73%).

Mas são os membros dessa mesma polícia que diariamente saem para trabalhar com salários atrasados, em viaturas em precárias condições e, porque não dizer, sem saber se voltam para casa no final do dia. O medo que aterroriza a população é também o medo dos policiais, que mensalmente velam colegas de farda vítimas da violência. A polícia que mata e provoca tanto medo da população é também a polícia que morre. A morte violenta foi sendo banalizada.



Para além das razões que levaram a intervenção, o fato é que cabe agora ao governo federal garantir a vida da população e interromper esse modelo violento de enfrentamento que tem sido protagonizado pela polícia e pelo Exército, estabelecendo uma política pública de segurança orientada por planejamento e evidências para o Rio de Janeiro. Adentrar comunidades ocupadas pelo tráfico e trocar tiro com criminosos não é uma política de segurança. A lógica de enfrentamento violento e a irresponsabilidade dos políticos mercadores do medo que insistem em discursos inflamados de uma guerra contra as “drogas” não funcionou em nenhum lugar do mundo, porque seria diferente por aqui?

Não há que se discutir regras de engajamento porque o Rio de Janeiro não está em guerra e a legislação que regulamenta as operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO), embasadas pela Constituição Federal, já determinam o grau de uso da força a ser utilizado, inclusive quando necessário a força letal. E, inclusive, a nossa legislação possui mecanismos que permitem, em caso de extrema necessidade, que o uso letal da força policial possa ser exercido legal e legitimamente – mecanismos que dependem, claro, de investigação e decisão judicial e que não dão “cheque em branco” para nenhuma força executar e decidir quando um ato será ou não aceito como legítimo.

Ao contrário do que defendem alguns políticos demagogos, defender a vida e a cidadania não é ser de esquerda, de centro ou de direita. É ser legalista, já que vida e cidadania são a essência da nossa Constituição. E, uma vez que as polícias são instituições apegadas ao cumprimento da lei, nada mais coerente do que modernizá-las para que o parágrafo 6º desta mesma Constituição seja respeitado, ou seja, que segurança seja efetivamente um direito social universal para a população brasileira.

Afinal, a população que reside nas comunidades vive oprimida pelo mundo do crime e pelo Estado que deveria garantir sua segurança. Aos mais vulneráveis não parece haver saída a não ser tentar a vida em outra cidade, vontade manifestada por 73% dos moradores da cidade. A mesma cidade que há 8 anos via com otimismo a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora hoje convive com a descrença, fruto da irresponsabilidade de seus governantes.

Cabe agora ao interventor oferecer o mínimo de racionalidade a política de segurança carioca. Racionalidade esta que tem que ser guiada pelos pressupostos da segurança pública e, portanto, pela ló-

gica da transparência, da prestação de contas e da reconstrução de confiança. A intervenção não é uma intervenção militar e, por isso mesmo, transparência é algo inalienável – transparência não se confunde com falta de sigilo operacional, mas é o valor que deve mover o Estado, começando pela elaboração de um Plano de Segurança Pública com objetivos e metas que possam ser monitoradas e avaliadas.

É preciso criar critérios técnicos e transparentes para o loteamento de cargos de direção de unidades das Polícias Civil e Militar, blindando a atuação policial da lógica e dos interesses da política. Mais do que nunca, o investimento na inteligência da Polícia Civil e em investigações capazes de atingir financeiramente as facções criminosas é imperioso; a reforma das polícias, extirpando de seus quadros corruptos e milicianos tão criminosos como aqueles que deveriam combater, é uma agenda que muitos tentam evitar, mas que agora precisa ser enfrentada; temos que retomar estratégias de prevenção, bem como promover a integração efetiva de esforços entre Executivo, Ministério Público, Legislativo e Judiciário, tornando mais ágeis, inteligentes e eficientes as ações estatais. É fundamental a articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, compartilhando competências e atribuições de modo mais eficaz. Hoje não há governança e coordenação entre as várias instituições que compõem o sistema de segurança pública e justiça criminal brasileiro – o episódio no qual policiais militares dispersam a população e mandam embora as pessoas que testemunharam o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, relatado pelo jornal O Globo, é emblemático de como a fragmentação dá o tom e boicota respostas mais ágeis e eficientes frente ao crime e à violência.

Esse é o caminho para reduzir a violência e dar a necessária sensação de segurança a população carioca. Não à toa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem defendido investimentos na modernização das instituições policiais, mas destacando que segurança pública é muito mais do que atividade policial, exigindo que mobilizemos uma palavra-chave: governança.

Para nós, governança é um termo que nasce da ideia de que o Estado não é o responsável exclusivo pelo sentido da Política e das políticas públicas e, se olharmos em perspectiva, há uma pluralidade de interesses em disputa e que precisam ser administrados (o próprio caput do Artigo 144, da CF, traduz este conceito, ao dizer que segurança é uma responsabilidade de todos). No caso brasileiro, governança em Segurança Pública é responsabilidade difusa de vários atores e que, para ter efetividade, precisa ser coordenada e articulada em torno do que está previsto na nossa Constituição, que diz que segurança é condição basilar para o exercício da cidadania (Art 5º.) e é direito social universal de todos os brasileiros (Art. 6º.).

Por este conceito, percebemos que as instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança, bem como garantir os direitos trabalham muito, mas trabalham quase sem nenhuma coordenação e articulação. Cada uma atua em uma direção e sem conver-

gência de metas e de processos. Na brecha, o crime organizado ocupa os espaços e os territórios abandonados pelo Estado. A violência vai sendo reposta como a linguagem cotidiana e o medo vai tomando conta de todos nós.

Assim, um sistema integrado e coordenado de segurança pública no Brasil deve, se o objetivo é que ele seja efetivo na transformação do quadro de medo e violência, criar mecanismos de governança capazes de articular União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas, necessariamente, precisa criar condições para a coordenação de ações entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como entre Ministérios Públicos, Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Forças Armadas, Tribunais de Conta e Sistema Prisional. Sem isso, muito provavelmente, veremos os esforços se esvaírem e continuaremos reféns do medo e da violência, abrindo margem para perigosas ideias e/ou figuras dos nossos porões autoritários.

■ **Samira Bueno** é doutora em administração pública e governo e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

■ **Renato Sérgio de Lima** é doutor em sociologia e diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números que me atingem

Edu Carvalho

92% dos moradores do Rio de Janeiro que foram entrevistados têm medo de bala perdida, e é neste momento que sou atingido. Atingido porque estou inserido nos 30% daqueles que ficaram no meio de tiros. Eu, Dona Lúcia, Edson, Barrão, Luísa com seus sete anos e outros tantos. Sou atingido, sobretudo, porque não banalizo o ato, muito menos a dor. Não podia ser assim, ou ao menos não era. O cano da arma tinha que estar apontado para a favela?

Enquanto escrevo este texto, escuto tiros sendo disparados. Mais uma vez, sou atingido. Talvez porque parto de um local onde mesmo depois de terem sido tomadas medidas como aumento de efetivo, ou simplesmente a continuidade dos trabalhos da Polícia Militar, não se obteve bons resultados.

Me atingiu também quando me confrontei com todos os dados disponibilizados nesta pesquisa. Eu não sei se você leitor conseguirá entender, mas é difícil conceber que uma realidade da qual você vive pode um dia ser quantificada, ser transformada em números. E que na real, são pessoas.

E que fossem notados. Ao menos era o que toda a favela gostaria que acontecesse. Que esses números fossem nomes, sobrenomes, RGs. Que não fossem esquecidos, ou que apenas não

virassem simplesmente 8% de vítimas de balas perdidas. Vidas perdidas. Vidas desperdiçadas.

Vidas que se cruzam pela Cachopa, Rua 2 ou Via Ápia, todas localidades da Rocinha. Que circulam pelo Alemão, Acari, Cidade de Deus, Cantagalo, Mangueira e Baixada. Vidas que no fim, viram dados.

Eu tenho medo de ser alvo. Ou melhor, probabilidade. Eu ainda não fui, e não, não é por sorte. Mas o filho da Joana, vizinha de baixo, foi, em setembro do ano passado. O Jonatha tinha 19 anos, mesma idade que a minha. Desde então, o medo convive comigo diariamente. De certa forma, fui atingido.

Quero viver, conhecer outros jovens de diferentes faixas etárias. E também adultos - homens, mulheres, todxs. Quero que haja integração, para além da mobilidade, com aqueles que moram em bairros nobres. Quero que a cidade volte. Que não tenhamos mais que quantificar que 6% da população foi violentada pela Polícia Militar e que deste percentual, 4% são mulheres.

Que a educação seja o maior instrumento disponível e possível na mão de qualquer pessoa. É essa força transformadora com a qual quero ser atingido, sempre. E que o preconceito diminua.

Quero, sobretudo, que a esperança daqueles que moram nas favelas não esmoreça. Que consigamos superar esses episódios, e que a paz seja um tanto possível. Para mim, para você, para todxs. Só sei que eu acredito no menino e é no menino, que vejo a força da fé.

■ Edu Carvalho é repórter do site FaveladaRocinha.com.

Que tiro foi esse?

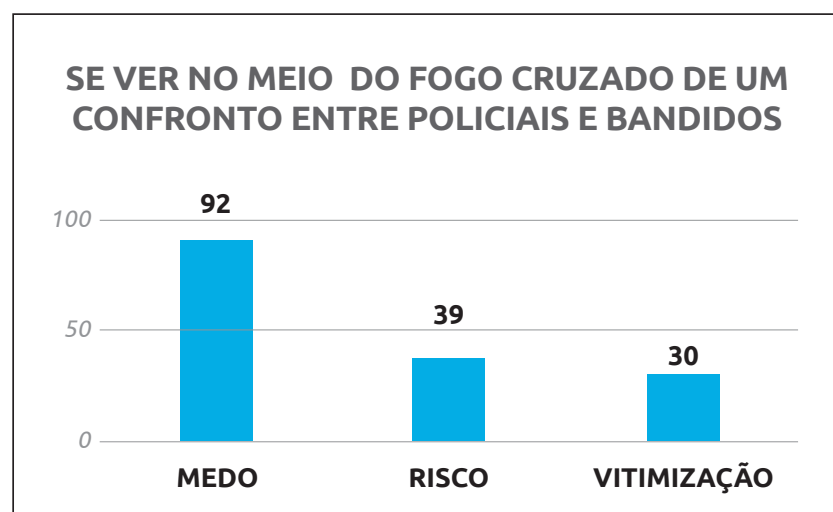
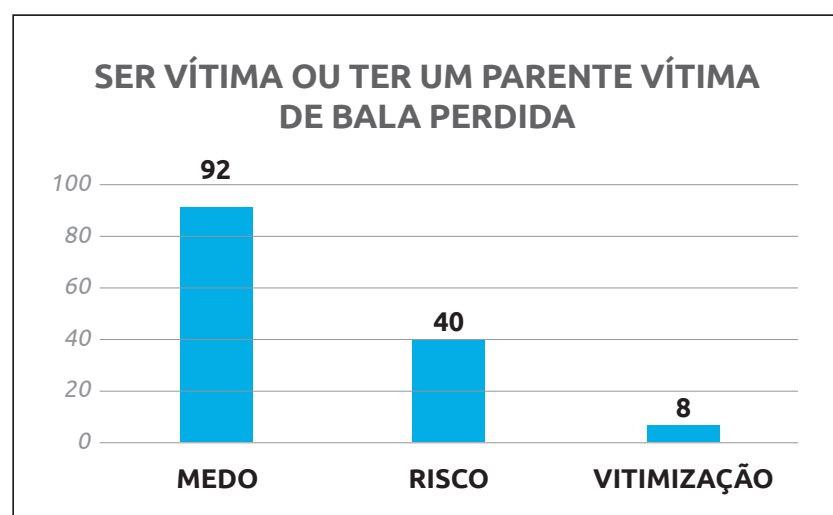
Arthur Trindade e Daniel Cerqueira

A pesquisa de vitimização realizada pelo Instituto Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que a vitimização criminal no Rio de Janeiro não é mais alta do que nas outras cidades do país. Na maior parte das situações, como roubos, furtos e agressões, a proporção de pessoas que foram vítimas de crimes na cidade não diferiu muito da média nacional.

Os estudos mostram que as pessoas que foram vítimas de crime não são necessariamente as que mais sentem medo. Pode parecer estranho, mas os estudos apontam que o medo não está automaticamente associado à vitimização criminal. Uma série de fatores podem aumentar ou diminuir a sensação de segurança. O medo afeta mais as mulheres, os adultos com filhos e as pessoas de baixa renda. Fatores ambientais também importam. As pessoas que conhecem e confiam nos vizinhos tendem a sentir menos medo. Lugares com lixo acumulado, carros e prédios abandonados também amedrontam. Confiar nas polícias tende a diminuir essa sensação. Alguns eventos, como roubos, ameaças e agressões, tendem a causar mais medo. Segundo as pesquisas, os tiroteios são os eventos que mais impactam no medo da população.

Infelizmente, os tiroteios tornaram-se parte da rotina dos moradores do Rio de Janeiro. De acordo a pesquisa, 30% dos cariocas já se viram no meio de fogo cruzado entre policiais e bandidos. O medo de ser vítima ou de ter um parente atingido por bala perdida aterroriza 92% da população, sendo que 40% acha

que é grande o risco de isso acontecer. Pior, 8% dos moradores da cidade já tiveram um parente atingido por balas perdidas. O que diferencia o Rio de Janeiro das outras cidades brasileiras é a frequência com que os tiroteios acontecem e seus reflexos na vida cotidiana.



Fonte: FBSP; Datafolha, 2018.

Portanto, é necessário discutir a lógica destes enfrentamentos, que acontecem nas favelas e normalmente envolvem policiais militares. Em geral, esses confrontos não ocorrem no cumprimento de mandatos judiciais ou para capturar esconderijos de armas. Tampouco eles são precedidos por ações de inteligência ou articulados com outras agências governamentais. Eles acontecem, na sua grande maioria, para reprimir o varejo do tráfico de drogas.

O resultado destas ações é a disseminação do medo que afeta a saúde mental das pessoas, prejudica o comércio, afasta turistas, expulsa clientes de restaurantes e afugenta o público de teatros. As escolas, frequentemente, suspendem as aulas e os alunos se veem às voltas com síndromes do pânico e outras ansiedades. Além disso, os confrontos armados expõem a vida dos policiais, que são empregados sem as mínimas condições táticas e operacionais, gerando elevado número de mortes e outros problemas psicológicos.

Por isso, alguns denunciam a irracionalidade desta política de enfrentamentos. Mas na verdade, os fatos mostram que não há uma “política” de enfrentamento. É certo que existe uma tolerância e, às vezes, incentivos para os enfrentamentos. Entretanto, os tiroteios são resultados de rotinas e práticas de confronto levadas a cabo pelos policiais sem que haja uma clara definição dos objetivos, dos meios a serem empregados e dos limites de engajamento.

Se os tiroteios são uma triste realidade, o Rio de Janeiro precisa de uma política que limite as situações de confronto. Para isso, é preciso treinar e equipar as unidades especializadas e investir em inteligência para evitar os confrontos desnecessários que colocam em risco a vida da população. As ações com alto risco de enfrentamento precisam ser articuladas com a Defensoria e o Ministério Público. Enfim, é necessária uma política sobre os enfrentamentos que tenha por objetivo reduzir os tiroteios.

■ **Arthur Trindade** é doutor em Sociologia, professor da UnB e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

■ **Daniel Cerqueira** é doutor em Economia, analista do IPEA e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Um novo leviatã?

Robson Rodrigues da Silva

Para os primeiros teóricos do Estado moderno, o reconhecimento de sua condição humana levou os homens à ficção do Estado. Segundo Hobbes, foi o medo de morrer nas mãos de outrem que fez com que os homens renunciassem, ao Leviatã, seus direitos a uma liberdade plena, porém perigosa. Nasceram, assim, ao cabo do estado de natureza, tanto o Estado moderno, quanto a sociedade civil.

Críticas aos contratualistas à parte, há consenso de que o Estado hoje tenha mesmo essa responsabilidade de promover a estabilidade e a segurança. O medo e a violência são, portanto, os principais obstáculos a razão da sua existência. Qualquer política de segurança tem de lidar com essas duas dimensões da insegurança: o medo e a violência fática.

Apesar de cabível como medida constitucional, a intervenção federal recentemente decretada para o Rio de Janeiro não se justifica tecnicamente. O motivo oficial, ou seja, o de que o aumento da violência e da criminalidade tenha extrapolado as possibilidades de controle por parte do Estado, não se sustenta diante de casos mais graves em outras unidades da federação, o que abre, além de um perigoso precedente, espaços para especulação. Independentemente das reais motivações para medida tão extrema, o medo foi quem a viabilizou; foi ele que de certa forma a legitimou junto a uma parcela considerável da população.

A presente pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Datafolha realizada na capital fluminense, nos dá

pistas do problema. Por um lado, ela aponta cifras preocupantes da violência na cidade: 92% dos entrevistados dizem ter medo de morrer de forma violenta em um assalto, ou de se ver em meio a um fogo cruzado entre polícia e bandidos, ou de serem ou terem parentes atingidos por alguma “bala perdida, ao passo que 75% afirmam ter ouvido tiroteios próximo e 30 %, que estiveram no meio de um fogo cruzado, nos últimos 12 meses. Dessa maneira não chega a estranhar o fato de que 76% dos entrevistados sejam a favor da intervenção.

Pode-se dizer que a oportunidade também foi gerada por uma gestão desastrosa da segurança pública do Estado. Faltou liderança das autoridades locais para reagir de forma razoável, criativa e inteligente aos percalços das crises que se instalavam por aqui, o que acabou permitindo o aumento do medo e de indicadores de criminalidade que até pouco tempo estiveram sob controle e vinham, in-

clusive, apresentando tendência de queda. Os sinais da crise financeira, aliás, chegaram bem antes, mas as autoridades foram incapazes de entendê-los. Em vez de elaborarem um plano de contingências, sonhavam com as “vacas gordas” do momento em que havia fartura de recursos. Diante disso, o que se viu foi o rápido desmantelamento dos territórios ocupados pela pacificação. Facções criminosas que antes haviam perdido espaço, reclamavam agora o quinhão que entendiam ter direito na geopolítica criminal que historicamente se estabeleceu no Rio de Janeiro, aumentando as disputas violentas. Por seu turno, as polícias aumentaram suas margens de autonomia, passando então a improvisar, na ponta da linha do processo, soluções para o que entendiam ser o problema. No intuito de combaterem o “crime organizado”, apreendendo seus fuzis, intensificaram as operações nas favelas. Para tanto, foram drenados os já poucos recursos do patrulhamento preventivo e das investigações para a elucidação dos crimes de rua, abrindo-se perigoso flanco para o crescimento de uma criminalidade oportunista e não necessariamente “organizada”. O resultado foi o descontrole da segurança pública com o aumento dos tiroteios, dos confrontos, dos homicídios, da letalidade e da vitimização policial, ou seja, de todos aqueles crimes que afetam mais rapidamente a nossa percepção de medo e insegurança. Além disso, a comunicação era péssima, o que só aumentavam as incertezas. Mensagens denotando a fragilização do Estado diante de um “crime organizado” e da crise de recursos, foram frequentemente emitidas pelas autoridades locais e transmitidas pela mídia à população. Tamanha inabilidade acabou ajudando a consolidar a percepção de que não era mais possível solução local, senão externa.

O tempo inicialmente determinado para a intervenção, de 10 meses, é evidentemente curto para se tocar questões estruturais. Mas, passados 40 dias de um tempo que já era curto, providências mais urgentes para o controle desses fatores não foram adotadas. O que se percebe são ações do tipo balão-de-ensaio, dando, à intervenção, o mesmo ar do improvisado e da falta de planejamento que estiveram pre-

sentes quando de sua precipitação. Pelo visto, se nada for feito, essas ações ou inações continuarão permitindo os mesmos efeitos que antes, quais sejam: medo e violência.

Segundo a pesquisa do Datafolha, os principais motivos do medo dos entrevistados, tanto os que eram contra ou a favor da intervenção, ou daqueles para quem ela pareceu melhorar ou mesmo ter sido indiferente, são praticamente os mesmos e têm a ver com a morte violenta, sobretudo as provocadas por armas de fogo de bandidos ou da polícia, ou ainda com ser roubado em casa ou na rua. Além desses, no entanto, o principal motivo do medo daqueles para quem a intervenção pareceu piorar, era o de ser vítima de violência da polícia: 78% dos entrevistados que moram em comunidades e 66% dos que não moram disseram ter medo da violência da PM, sendo que 68% dos primeiros e 53% dos segundos, alegaram muito medo. O que comprova que as causas de seus medos ainda não foram sanadas.

Nesse sentido, ainda não se preencheu a lacuna de liderança deixada pela gestão anterior, não sendo tomadas medidas saneadoras prementes, como o controle e a reorientação das polícias e de suas táticas de policiamento. Assim, as operações policiais continuam excessivas nas comunidades, produzindo as mesmas “balas perdidas” e os mesmos tiroteios entre polícia e bandido que apavoram a todos. E ainda: é nítido o desmonte do patrulhamento ostensivo preventivo e da investigação policial para inibir a criminalidade de rua nos logradouros de sua maior incidência; a comunicação com a população continua ruim; a população ainda se encontra amedrontada e, enfim, não há um plano de contingências. Sinal de que a intervenção muito provavelmente não será o tal “salvador da pátria” que muitos esperavam. E aí? A solução será então um novo Leviatã?

■ **Robson Rodrigues** é Antropólogo e pesquisador do LAV/UERJ.

A crise no Rio e as instituições em frangalhos: corra que a polícia vem aí – versão Rio

Medo das polícias é termômetro da crise das instituições de segurança no Rio

João Trajano Sento-Sé

Os Estados modernos são definidos pelo controle de dois mecanismos de reprodução da ordem social. O primeiro enfeixa os instrumentos que produzem a adesão voluntária decorrente do reconhecimento da legitimidade dos códigos, regras e procedimentos. A eficácia desse mecanismo está relacionada ao alcance da confiança nas instituições e em sua efetividade por parte daqueles que são por elas governados. Para além da fronteira que delimita esses marcos formais, o Estado dispõe, em segundo lugar, dos instrumentos destinados ao uso da força. Eles são acionados nas franjas da legitimidade, nas zonas simbólicas em que o reconhecimento de sua vigência não se sustenta sem o uso da coerção, ou, pelo menos, sem a ostentação da possibilidade de usá-la.

A margem de mobilização do segundo mecanismo está em razão inversa ao funcionamento adequado do primeiro. Em sociedades abertas e plurais, em que prevalece a adesão voluntária, a necessidade do uso da força é mais restrita. À medida que essa relação se inverte, mais nos aproximamos de um ordenamento autoritário e monocrático, distanciando-nos do paradigma republicano. Essa é uma máxima da política que vige, pelo menos, desde Maquiavel. Trata-se, portanto, de uma chave clássica que tem servido de guia interpretativo para situações de júbilo ou de crise.

Pesquisas de opinião não precisam ser entendidas apenas como retrato, ainda que provisório, de um contexto sociológico. Elas podem ser bastante úteis, fornecendo sinais de tendências, passíveis de apreensão ensaística e sujeitas, portanto, a ajustes ou reparos. Se lidas dessa perspectiva, algumas informações colhidas pelo *survey* do Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública trazem notícias ruins a respeito da confiança e adesão da população do Rio de Janeiro às instituições vigentes.

Segundo a pesquisa, 83% da população da cidade do Rio de Janeiro considera o governo Pezão ruim ou péssimo. Em relação ao campo específico da segurança pública, 85% avaliam do mesmo modo o desempenho do atual governo do estado. Embora em situação um pouco melhor, o prefeito da capital, Marcelo Crivella, também não tem gozado de grande prestígio. Entre o total de entrevistados, 72% deram, numa escala de zero a dez, nota cinco ou menos a sua administração, sendo que 31% deram nota zero.

É claro que não devemos confundir os titulares dos cargos de direção com as instituições de que são responsáveis. **A rejeição a um governo não equivale necessariamente ao mesmo sentimento quanto às instituições, mas nos fornece um sinal. Afinal, também aprendemos, desde os clássicos do Renascimento, que boas instituições políticas não prescindem de líderes qualificados. O funcionamento adequado delas, as virtudes dos seus líderes e o respeito à ordem pública compõem uma equação em que qualquer alteração de um fator comprometerá os demais e, conseqüentemente, as configurações daí decorrentes.**

Levando a máxima abstrata para o caso concreto da segurança pública no Rio de Janeiro, o cenário preocupa. Na mesma pesquisa citada acima, 7,5% declaram ter sido vítimas de violência ou agressão por parte das Polícias Militar ou Civil. Lembremos que, na média nacional, 3,6% da população reconhece ter sofrido essa violência, o que coloca a corporação fluminense sensivelmente acima do padrão nacional nesse *ranking* nada honroso. Inquiridos sobre quem desperta o medo dessa vitimização, o equilíbrio na distribuição das respostas também atordoa: os 20% que declaram a polícia como fonte preferencial de medo só ficam abaixo dos 25% que têm nos traficantes/facção o motivo maior de temor. Notemos, adicionalmente, que 17% têm medo de todos os agentes citados, indiferentemente, vindo logo atrás, empatados com 16%, as milícias e os criminosos comuns. Se pensarmos que estamos lidando com a insti-

tuição do Estado mais diretamente em contato com a população, tal resultado merece uma reflexão à parte.

Em sua vigência plena, as normas e instituições conferem ordem e previsibilidade à rotina daqueles que se encontram sob sua égide. Quando em frangalhos, como agora no Rio de Janeiro, condenam todos aos caprichos do acaso e à imprevisibilidade das tomadas de posição circunstanciais. Historicamente, estas últimas costumam ser radicais e desastrosas. A bala perdida é o signo da aleatoriedade e da imprevisibilidade implicadas na ruína institucional por que passa o Rio de Janeiro. Ela é a referência semântica de todos os medos. Não estamos vivendo uma crise moral. O cenário é de crise institucional, de baixa confiança nos atores públicos e, conseqüentemente, de depreciação da legitimidade política. Sem ela, resta-nos o desamparo da violência. Crises políticas exigem respostas políticas. Reformas morais ou apelos à força não surtem efeito e acabam por aprofundar o problema. O alerta está ligado.

■ **João Trajano Sento-Sé** é Cientista Político e Pesquisador do LAV-UERJ.

Uma questão de confiança

Regina Esteves

De onde vem a sensação de segurança? Segundo a pesquisa desenvolvida pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 87% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro têm medo de morrer assassinado e chega a 92% o número de pessoas que acreditam que podem morrer vítima de uma bala perdida. Há muito tempo estudiosos buscam entender como construir a segurança pública e de que maneira transmitir ao cidadão a percepção de que se está a salvo na cidade. Ao estudar a primeira questão, a urbanista e ativista social americana Jane Jacobs, nos anos 1960, lançou em seu célebre livro *Morte e vida de grandes cidades um receituário que ajuda, também, a compreender a segunda*.

Para Jacobs, uma rua segura tem constante movimento nas calçadas. São pessoas a passeio, a caminho do trabalho ou de casa, espiando vitrines, frequentando bares, levando os filhos para a escola, travando conversas triviais com vizinhos, flanando (como dizem os franceses) – tudo em diferentes horários do dia. Nas fachadas, há vendedores de olho no movimento. Nos prédios residenciais, com janelas voltadas para a rua, há moradores observando o fluxo – como vigias involuntários.

Os vigias involuntários são essenciais. Se o cidadão aprecia sua rua, gostará de mantê-la em segurança. Se vê um roubo, ou uma ameaça, esses “olhos da rua”, como chamava Jacobs, podem ligar para a polícia, fazer barulho – ajudando a defender a cidade. Engajar o cidadão, para que se sinta responsável, é muito importante. Afinal, a segurança pública

é dever do Estado, mas também é direito e responsabilidade de todos.

Fácil diferenciação entre espaços públicos e privados, quadras curtas e profusão de esquinas, diminuindo distâncias, são alguns dos aspectos urbanísticos que ajudam a criar movimento nas ruas. Sabe-se também que iluminação e calçadas bem cuidadas ajudam muito. Qualquer cidadão se sentirá mais seguro em uma rua em movimento do que em uma rua vazia – ou, ainda pior, escura. Bons espaços públicos atraem os cidadãos, e, assim, eles ajudam a construir a segurança, ao lado dos municípios, num processo a várias mãos.

Obviamente, chegar a esse cenário é uma tarefa bastante complexa. Quando o crime e a violência saem do controle e tornam-se uma epidemia, tal como vive o Brasil hoje com mais de 61 mil mortes violentas intencionais por ano, fica mais difícil convencer a população a sair de casa. Os dados divulgados neste relatório pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 75% da população carioca ouviu um tiroteio no último ano e ao menos 30% ficou entre algum tipo de enfrentamento entre policiais e bandidos. Ou seja, sentir-se inseguro significa ter medo de se tornar uma vítima – e indicadores ruins certamente não apaziguam ninguém. Quando a confiança se quebra, é preciso, antes de tudo, refundar o pacto.

Transparência e ações reais são fundamentais. No Pacto Pela Paz, um modelo de parceria firmado pela Comunitas, por meio do Programa Juntos, com prefeituras brasileiras como a de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e mais recentemente a de Niterói, no Rio de Janeiro, as ações são desenhadas de modo a ser facilmente compreendidas. São políticas públicas construídas em cinco eixos: prevenção social, tecnologia, policiamento e justiça, fiscalização administrativa e urbanismo.

A população precisa ser apresentada a essa estratégia – e fazer parte dela. Criar programas voltados à cultura da pacificação nas escolas, por exemplo, espalha uma mensagem positiva às famílias. Convidar líderes comunitários e empresários locais para compor assembleias e programas também. A tecnologia pode facilitar a colaboração. Com ela, é mais fácil envolver os jovens nas discussões – e instigá-los a entender a segurança pública como benefício e legado a ser deixado para o futuro deles. Até pela facilidade de engajá-los utilizando meios digitais, o uso de tecnologia permite criar instâncias participativas e criativas. São os jovens, afinal, os futuros agentes que provocarão a inovação e a revisão das lógicas tradicionais – conectando cada vez mais a cidade ao seu futuro.

O aplicativo SP+Segura, de São Paulo, por exemplo, permite aos usuários avisar a si mesmos sobre ocorrências, de árvores caídas a atos de violência. Já no aplicativo Fogo Cruzado, moradores registram tiros, o que ajuda a mapear ocorrências e a dar voz à população. São ideias que partem do mesmo princípio: retomar a vontade dos cidadãos de ajudar a cuidar de onde vivem. Muitas ações podem trazer a percepção de segurança pública. Uma delas, certamente, é a certeza de que todos estão trabalhando com o mesmo propósito.

■ **Regina Esteves** é administradora, com pós em Gestão Universitária. É cofundadora do Programa Juntos, da Comunitas, que desenvolve ações de aprimoramento da gestão pública em diversas cidades brasileiras.

A especificidade da segurança pública no Rio de Janeiro

Ignacio Cano – LAV-UERJ

A intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro foi justificada com base numa suposta emergência que afetaria esse estado, a partir do aumento da criminalidade e do “descontrole” por parte das forças de segurança estaduais.

Os dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, relativos ao ano de 2016, apresentados na Tabela 1, mostram que o Rio de Janeiro é apenas o 11º estado em termos de taxa de morte violenta intencional, o melhor estimador de homicídios. O fenômeno dos homicídios, de fato, vem aumentando dramaticamente no Nordeste já há muitos anos, de forma que, atualmente, esta região apresenta uma incidência muito superior ao resto do país. A lista das 50 cidades mais violentas do mundo, divulgada pela ONG mexicana “Segurança, Justiça e Paz”, em 2018, com base na taxa de homicídios, revela que 11 dessas 50 cidades estão localizadas no Nordeste brasileiro.

Tabela 1: Taxas de Mortes Violentas Intencionais por 100.000 habitantes por UF

Brasil e Unidades da Federação	Taxa por 100.000 habitantes: 2016
Brasil	29,7
Alagoas	55,9
Amazonas	29,4
Ceará	39,8
Espírito Santo	32,6
Mato Grosso	35,5
Minas Gerais	20,8
Pará	50,9
Paraíba	33,1
Paraná	25,9
Pernambuco	47,6
Piauí	21,9
Rio de Janeiro	37,6
Rio Grande do Norte	56,9
Santa Catarina	15,0
Acre	45,1
Distrito Federal	22,1
Goiás	43,8
Maranhão	33,7
Mato Grosso do Sul	22,7
Rio Grande do Sul	26,9
São Paulo	11,0
Sergipe	64,0
Amapá	49,6
Rondônia	32,8
Roraima	19,8
Tocantins	27,1
Bahia	46,5

Fonte: Anuário Brasileiro Segurança Pública. 2017.

Em relação à evolução negativa da criminalidade no Rio de Janeiro, ela é real, mas começou em 2013, revertendo um ciclo de vários anos de melhora entre 2009 e 2012. De 2013 para cá, com a exceção de 2015, houve uma piora progressiva de todos os indicadores de criminalidade violenta, mas nada que justifique a percepção de ‘emergência’ que foi usada para justificar a intervenção federal. De fato, os dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP) da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro mostraram que o Carnaval carioca de 2018, cujas imagens violentas foram usadas como justificativa para as medidas extraordinárias, não registrou maiores índices de criminalidade que os anos anteriores. De qualquer forma, mesmo com a evolução negativa dos últimos anos, o Rio de Janeiro ainda está longe dos níveis de violência registrados em meados dos 1990, quando a taxa de homicídios chegou ao patamar de 80 por 100 mil habitantes.

Entretanto, nem a avaliação da incidência de criminalidade violenta nem, muito menos, a percepção de insegurança por parte da população se pautam apenas pelo crime de homicídio, delito infrequente e que tende a vitimar pessoas com um perfil muito determinado: jovens de sexo masculino, negros, pobres e moradores de periferia. Seria preciso, em suma, considerar também outros crimes. Porém, as denúncias relativas a esses outros crimes estão fortemente mediatizadas pela taxa de subregistro, isto é, pela maior ou menor disposição e facilidade que as pessoas tenham para registrar esses crimes. Por isso, as pesquisas de vitimização oferecem uma alternativa favorável, livre da influência dessa maior ou menor disposição dos cidadãos a denunciar nas delegacias, para mensurar incidência criminal. Assim, a recente pesquisa de vitimização do Datafolha, realizada no Brasil e no Rio de Janeiro, nos oferece uma grande oportunidade de contextualizar a segurança pública carioca no âmbito nacional.

As perguntas indagam se entrevistado sofreu uma série de crimes e incidentes ao longo dos 12 meses anteriores e seguem o mesmo modelo no município do Rio e no Brasil, embora as perguntas não sejam todas iguais.

Os resultados dos itens que são diretamente comparáveis são os seguintes:

Tabela 2 : Taxas de Vitimização anuais no Brasil e no Rio de Janeiro Nos últimos 12 meses, ...?

	BRASIL, julho, 2017	RIO DE JANEIRO, março, 2018
Teve sua casa foi invadida ou arrombada	7,5%	4,5%
Você foi roubado ou assaltado em casa, no transporte ou na escola/trabalho	16,0%	17,7%
Sofreu sequestro relâmpago	0,8%	1,1%
Foi vítima de agressão física (em casa e na rua)	5,3%	6,4%
Foi vítima de agressão sexual	0,8%	1,4%
Teve os seus conteúdos pessoais divulgados na internet	2,5%	3,3%
Teve parentes envolvidos com drogas	26,8%	25,1%
Foi vítima de violência ou agressão por parte das Polícias Civil ou Militar	3,6%	7,5% ¹
Teve filhos(as) presos injustamente	1,1%	0,4%
Foi acusado de um crime	2,3%	1,4%

Fonte: Datafolha

A principal conclusão desses dados é que o cenário da vitimização no Rio de Janeiro é muito semelhante à média brasileira, com pequenas diferenças num sentido e outro, sempre dentro da margem de erro amostral. Assim, o arrombamento de moradias é algo inferior no Rio, enquanto que a incidência de roubo e de agressões físicas e sexuais é levemente superior. Contudo, a diferença mais marcante é a experiência de ter sofrido violência nas mãos de policiais, que é relatada por 3,6% da população brasileira e por 7,5% dos cidadãos cariocas. Em outras palavras, a incidência de violência policial experimentada pelos cidadãos na cidade do Rio de Janeiro parece ser mais do que o dobro da nacional, o que reforça a ideia da crise de legitimidade das polícias fluminenses e as reclamações sobre abusos cometidos por elas.

Fora esse ponto, a pesquisa de vitimização não registra qualquer incidência criminal significativamente maior no Rio de Janeiro em comparação com a média brasileira que justifique medidas excepcionais. As evidências apontam, mais uma vez, que a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro está informada não por evidências da própria área de segurança, mas por intenções de outra natureza.

■ **Ignacio Cano** é sociólogo e pesquisador do LAV-UERJ.

¹ Para o Brasil a pergunta é uma só e inclui as duas polícias ao mesmo tempo. Para o Rio de Janeiro, há duas perguntas separadas, uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar, sendo que a tabela apresenta o resultado de quem respondeu sim a qualquer uma das duas, para poder comparar com o parâmetro nacional.

Sobre os homens, a guerra e o medo

Ibis Pereira

Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos. Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, não cantaremos o ódio, porque esse não existe, existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro [...] e sobre os nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas¹.

Carlos Drummond de Andrade

Em verdade somos criaturas medrosas. E não teríamos razões para sentir medo? Um pequenino bicho da terra, homens e mulheres, e essa realidade prodigiosa. Incompreensível. A opacidade do mundo. De vez em quando, entrevemos algo, mas é tudo muito provisório. Percebemos por entre a bruma. Animais desconhecidos, vendo demais para acreditar e muito pouco para ter certeza – como dizia Pascal² – o real nos deslumbra e amedronta. Enquanto isso duramos: espera angustiada do momento de retornar ao pó. Nessa caminhada, do pó ao pó, o medo é um companheiro que até certo ponto protege, mas quando alimentado devora.

No fundo, nossa dependência de carinho decorre da necessidade básica de cuidado do ente nascido sob o signo da nudez. Incompleto, o homem está sempre nu. Criaturas que precisam ser consoladas, passageiros numa vasta estação, inventamos coisas para aliviar o nosso desassossego: fabricamos brinquedos tecnológicos para estender a permanência, os nossos dias; criamos a arte para enxugar as lágrimas inevitáveis; as religiões para lidar com a morte e o além da morte; as drogas, muitas. Precisamos, afinal, nos proteger da realidade.

Construímos cidades, também. Elas deveriam ser ambientes de acolhimento. Nem sempre conseguem reduzir os nossos tremores. Ao invés de contribuir para a redução do medo, muitas vezes o amplificam. Nossas cidades têm fracassado como coletividades humanas. Os nossos vergonhosos indicadores criminais constituem a parte que nos cabe nesse latifúndio de desenvolvimento econômico mesclado à indiferença e até mesmo ao asco em relação aos mais frágeis. Toda violência manifesta, em síntese, um déficit de amor. E esse é o nosso fracasso essencial: ao desconsiderarmos a potência política do amor, restringindo esse afeto alegre à economia da vida privada, o medo toma conta das ruas envenenando o espaço público.

Segurança pública não é mais que isso: uma atividade mantida pelo estado para mitigar a física do medo, contribuindo para realizar o humano no meio de nós, esse acontecimento que um certo galileu, há uns dois mil anos atrás, denominava *o Reino de Deus*. Segurança pública não pode, portanto, ser reduzida à dimensão policial, porque os homens têm muitas fomes e por isso muitos medos, a maioria dos quais não se resolve com a simples presença de um guarda na esquina,

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Congresso internacional do medo. In: _____. *Sentimento do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1979. p. 125.

² PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 173.

mas com o estabelecimento de uma ordem pública fundada na Justiça temperada pela Misericórdia.

A presente pesquisa, elaborada graças à colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança e do Instituto Datafolha, vem em boa hora. Quiçá, possa contribuir para nos fazer pensar a obra terrível do medo, fornecendo aos estudiosos e aos gestores públicos elementos para atalharem o seu curso. Vejamos: de acordo com a pesquisa, é possível afirmar que o medo da violência é hoje uma presença ruidosa entre nós. Não seria razoável esperar nada diferente, diante dos números assustadores da criminalidade no Brasil. Trinta anos depois da promulgação da primeira constituição a ter um capítulo sobre segurança pública, ainda não temos uma arquitetura institucional adequada, por onde possa fluir algo parecido com uma política pública nessa área tão fundamental. Os dados revelados pela pesquisa denunciam uma ruína, um colapso promovido pela nossa omissão. Temos razões para o medo. E não são poucas.

E mais: esse medo específico da violência constituiu uma subjetividade, porque da violência não apenas se morre, mas também se vive, como ensina o filósofo francês Frédéric Gros³. Mas o que isso significa? É dizer que o medo, como produto da violência, esse afeto triste que se alastra e ameaça tomar conta de tudo, altera nossos marcos referenciais, nossas noções de certo e errado, nossos sentimentos de solidariedade e de compaixão. Esse medo corrói, degenera. Esse medo público, ao se espriar pelo conjunto da sociedade – como demonstra a pesquisa – embota a sensibilidade, fere a nossa humanidade e no limite conduz à insensatez.

Nesse tempo pouco fraterno, de mãos viajando sem abraços, no dizer do poeta itabirano, somos todos atingidos pelas deformações causadas pela onipresença do medo. O medo das mães; das periferias e favelas; da juventude negra e pobre; da burguesia aprisionada em seus condomínios e carros blindados, o medo dos soldados. E poderíamos dizer, ainda, o medo dos policiais: ter como tarefa expor-se à relação com a morte e ao processo de socialização pela violência que essa proximidade determina.

Há décadas submetemos nossos policiais ao ambiente da guerra, ao embrutecimento moral exigido pela agressividade continuada, palco onde o medo reina absoluto, esmagador. Não é por acaso que temos uma polícia que mata e morre tão desumanamente. Nós violentamos a humanidade dos nossos profissionais de segurança, cotidianamente. Insistir no enfrentamento do crime pelo viés do combate armado, notadamente como guerra às drogas, é desconsiderar a devastação moral produzida pela presença constante da morte no imediato da vida. Muito belicismo e pouca política pública tornam doentes não apenas os nossos policiais, mas toda a sociedade. A desumanidade se alastra por contágio, na indiferença ao sofrimento do outro.

O que temos aqui não é apenas mais uma pesquisa sobre segurança pública. Rumoreja algo de profecia nos dados coletados, como uma trombeta do apocalipse. Estamos doentes e algo periga sucumbir juntamente conosco: a razão. Doentes de medo, o próximo passo poderá ser a loucura. Em um de seus ensaios, Montaigne nos conta como a aflição do medo pôde transitar dos campos de batalha para o dia a dia de um povo inteiro.

Dessa ordem foi o que se passou em Cartago [...] só se ouviam gritos de pavor; os habitantes precipitavam-se fora de suas casas, como a um sinal de alarma, e se atacavam mutuamente, e se feriam, e se matavam, como se inimigos houvessem entrado na cidade [...] só findou quando, mediante preces e sacrifícios, conseguiram acalmar a cólera dos deuses [...]⁴.

Se tem sido até agora inútil rogar aos nossos mandatários para que promovam as mudanças necessárias na estrutura de gestão da segurança pública, na reforma do modelo policial brasileiro, na política de drogas, no controle de armas e munições; enfim, se o massacre de milhares de brasileiras e brasileiros, anualmente, não tem sido suficiente para movimentar nossas excelências, urge substituí-los – estamos em ocasião muito propícia para tanto - ou então apelar ao Mistério, como fizeram os desditosos cartagineses. Não podemos é permanecer inertes, aguardando que se multipliquem sobre os túmulos da nossa humanidade as flores do medo, cujo perfume já se anuncia na presente pesquisa.

■ **Ibis Pereira** é Historiador e Coronel Reformado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

³ GROS, Frédéric. *Estados de violência*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

⁴ MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Do medo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; HUCITEC, 1987. (Obra completa v. 1. P. 155)

Estimular o medo para controlar a sociedade

Rosilene Miliotti

Não me assusta olhar os resultados da pesquisa, principalmente um mês após a dita intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro. Estimular o medo é mais fácil e cômodo para o Estado do que pensar e efetivar uma real política de segurança pública. O medo paralisa e “ajuda” a controlar a sociedade, principalmente os mais pobres.

Algumas pessoas devem se lembrar o quanto tinham medo dos seus pais. Se fizessem algo de “errado” tinham a certeza que levariam uma surra, não é verdade? A mãe às vezes até conversava, mas a figura do pai era de rigor, de impor o medo para que fosse respeitado. Vejo o Estado relativamente da mesma forma. Aquele pai que não conversava, apenas punia para que fosse respeitado. Entretanto, sabemos que essa punição varia de acordo com a classe social, cor da pele, gênero e endereço.

“Não saia a noite”, “não tenha celular, carro ou tênis caro”, “não use joias ou relógio”. Já ouvimos e reproduzimos essas alertas com certa naturalidade. E aí penso o quanto a indústria do medo trabalha bem. “Se você ficar com o celular na mão, você facilita o trabalho do bandido”, mas quem é o bandido? Na real, cariocas (mas incluo os brasileiros também) sabem que é verdade e isso realmente pode acontecer, mas não pensamos que o Estado deveria

garantir que eu pudesse usar meu celular sem medo de que fosse levado por alguém. De que eu pudesse usar um cordão, presente da avó. Que eu pudesse usar minha aliança de compromisso. Que eu pudesse andar na rua a noite de carro ou a pé, sem medo.

Outra consequência do trabalho da indústria do medo é a reação ao bandido. Vejo crescer o número de pessoas que querem pegar em arma para se “defender”. Elas só pensam em defender seus bens, o que é legítimo porque trabalhamos duro para ter, mas não cobram do causador da violência. Ninguém pensa em se defender do Estado. Ninguém pensa que deve cobrar dele a segurança e não de si mesmo.

Como disse anteriormente, o medo paralisa. E nesse caso, paralisa o pensamento crítico. “Não reaja”. Somos roubados todos os dias com a cobrança cada vez mais alta de impostos e nada retorna ao povo. **Não temos educação, saúde, infraestrutura e muito menos segurança pública. Quanto mais pobre, menos acesso a direitos e mais cobrança de deveres. Sim, somos muito cobrados a correr atrás para sermos melhores, só assim vamos nos diferenciar dos “bandidos e os derrotados da favela” e conseguiremos “ser alguém na vida” e viramos exemplo para outros. É uma lógica um pouco absurda essa da meritocracia, mas é assim que funciona para nós pobres.**

Medo dividido por classe social

A pesquisa evidencia que as pessoas entrevistadas têm mais medo do que possa acontecer do que o que realmente acontece. A sensação de insegurança é grande, porém diferente de acordo com a classe social. Uma pessoa da zona sul, por exemplo, certamente terá mais medo de ser assaltada do que ser vítima de violência por parte da PM. Já os moradores de favelas e bairros populares, tem medo de serem assaltados, até porque ninguém quer ter seus bens roubados, mas provavelmente esse indivíduo está mais vulnerável a uma ação truculenta da PM pelo histórico de violações de direitos nessas localidades.

É comum encontrar entre os que moram nas favelas quem guarde com todo o cuidado as notas fiscais da compra de equipamentos como televisão, computador, entre outros. Tudo isso para que, em caso de operação policial, possam provar que tudo foi comprado e não fruto de roubo. Muito provavelmente, as pessoas na zona sul guardem esses comprovantes apenas para fins de garantia, porque não correm o risco da PM entrar em suas casas sem mandato. Aliás, se um morador da favela negar a entrada de um policial e exigir o mandato, dificilmente não será “esculachado”.

Já o resultado sobre vitimização, 92% dos cariocas tem medo de ser ferido ou morto em um assalto, 39% acha que isso pode acontecer no futuro e 2% dos entrevistados já foram feridos durante assalto. Sobre a pergunta que trata de se ver em meio ao fogo cruzado entre policiais e bandidos, 39% acredita ser muito possível e 30% já se viu nessa situação.

Esse tipo de episódio ultrapassou os limites das favelas e hoje pode acontecer em qualquer lugar, mas lógico que com menos frequência em áreas nobres da cidade. Até porque, de acordo com José Mariano Beltrame ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, “um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na favela da Coréia é outra”. A afirmação foi dita em 2015, quando a situação da cidade em relação à violência era diferente. Eu gostaria de saber se ele ainda pensa dessa maneira.

As vias expressas como Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, com certa frequência são palcos desse tipo de situação e pouca coisa é feita para resolver. Lembrando a celebre frase de Beltrame, a intervenção militar se justificou a partir das inúmeras situações de violência registradas no carnaval carioca justamente na zona sul, principalmente em Copacabana. Por outro lado, devo confessar que tenho um certo preconceito ao carnaval dessa região da cidade e, por isso, apenas frequentei blocos do Centro. Não vi policiamento, mas também não vi violência.

É como se houvesse um holofote virado para o Rio de Janeiro, a violência e a proliferação do medo está espalhado pelo país. Mas porque o Rio de Janeiro recebeu essa fajuta intervenção? Seria para justificar a falta de controle social? Os dados mostram que a violência só aumentou no curto período de intervenção. Não há patrulhamento e a mídia corporativa – como apoiou a medida – tem cobrado resultado.

Assim como em outras situações onde os militares foram para as ruas e tiveram pouco resultado, só a história vai nos dizer o que irá acontecer com a cidade do Rio de Janeiro em relação à violência e ao medo. Mas, se não houver uma mudança estrutural, os resultados continuarão frustrando e teremos mais e mais pesquisas que irão confirmar o aumento do medo e a vitimização.

■ **Rosilene Miliotti** é jornalista da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e fotógrafa popular.

O mau encontro

Silvia Ramos
Anabela Paiva
Pablo Nunes

Um medo assusta a maioria dos cariocas: o encontro com um projétil de arma de fogo que não lhes era destinado. Nada menos que 92% temem ficar no meio de um confronto entre criminosos e policiais; em um assalto que acabe em tiros ou de que o acontecimento chamado “bala perdida” ocorra com eles ou seus familiares.

O temor é mais do que justificado. Na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Datafolha, 75% dos entrevistados disseram ter ouvido tiroteios próximos; 30% relataram ter efetivamente ficado no meio de fogo cruzado nos últimos 12 meses. Quando consideramos apenas os moradores de favelas, os que se viram em meio a tiroteios no último ano sobe para 37%.

Os resultados da pesquisa são espantosos e mostram um Rio em que medo e vitimização efetiva quase coincidem, em alguns casos. Por exemplo, 79% afirmam ter medo de ouvir tiroteios próximos; enquanto 75% efetivamente os ouviram no último ano. O Fogo Cruzado, serviço colaborativo e não oficial que mapeia tiroteios no Rio de Janeiro, divulgou que, apenas no mês de janeiro de 2018, foram notificados 688 tiroteios na capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o maior número desde a criação do aplicativo.

Quando 92% da população de uma cidade diz que tem medo de ser vítima inadvertida de um tiro, é possível pensar que o medo é quase universal. Os que têm mais medo das ocorrências de mortes e ferimen-

tos por tiroteios são as mulheres (95%) e os jovens (94%). Aliás, melhor seria perguntar: quem são os 8% que não têm medo? No caso dos confrontos entre criminosos e policiais, 12% dos homens e 11% dos que têm mais de 60 anos afirmaram não ter medo.

Ao viajar pelo Brasil verificamos que até em pequenas cidades as cadeiras nas calçadas em frente às casas foram substituídas pelas grades nas janelas e portas trancadas. Isto ocorre não só nos bairros abastados, mas também em habitações modestíssimas de bairros pobres. O temor da violência observado na realidade se traduz também em dados. Se compararmos os medos dos cariocas (afetados em março de 2018) com os dos brasileiros (registrados em pesquisa de julho 2017), verificamos que os mesmos receios afetam a população do país.

Por exemplo, o medo de ter sua residência arrombada ou invadida (cariocas 84%, brasileiros 85%); o medo de se envolver em brigas e sofrer agressão física (68% cariocas; 80% brasileiros). Quando indagados se tem medo de sofrer violência por parte da PM, 79% dos brasileiros e 70% dos cariocas disseram que sim. Andar sozinho no próprio bairro à noite amedronta 49% dos brasileiros e 67% dos cariocas.

No caso do Rio, a pesquisa atual mostra que há uma preocupação particular com a violência por tiros, sem que a vítima seja parte direta do evento (criminoso ou o agente da lei). O medo de ser apanhado num encontro

¹ Dado da pesquisa de março de 2017 realizada pelo FBSP em parceria com o Datafolha.

desleal e imprevisto com a morte por tiroteio atravessou fronteiras clássicas da segurança pública e neste momento contamina de forma quase indistinta jovens e idosos, moradores de favelas e dos bairros de classe média, brancos e negros, como mostram os resultados da pesquisa de vitimização.

A prevalência do medo torna mais provável a perspectiva de um futuro sombrio para o país e para o Rio na área da segurança e dos direitos. Mais pessoas estão dispostas a abrir mão de princípios básicos em troca da percepção de que há comando firme contra criminosos. Além de apoiar a intervenção, a maioria dos cariocas endossa os mandados coletivos de busca, é a favor da revista de mochilas de crianças sem a presença de representantes dos conselhos tutelares e talvez outras medidas mais graves de restrição de direitos que lhes forem apresentadas.

Não vamos nos enganar. Eventos traumáticos na cidade, como grávidas baleadas, policiais mortos, chacinas em favelas, aumento de roubos e de tiroteios indicam que as políticas de segurança continuam “não funcionando”. Quanto mais falharem, o apoio a medidas fortes, como a intervenção federal, tenderá a aumentar entre uma parcela importante da população. E se a intervenção “não funcionar”, como tudo indica até agora, quarenta dias após sua decretação, a tendência entre a maioria de moradores ouvidos em pesquisas de rua não será a crítica à intervenção, mas o apoio ao estado de emergência, e depois ao estado de sítio.

Um repórter estrangeiro do jornal *Washington Post* se surpreendeu ao ver uma antiga moradora da favela Vila Kennedy, no começo de março, bradando aos soldados do Exército: “me revistem, me revistem”, em apoio declarado à presença de 1.400 militares em operação diurna local. Depois de quase um mês, os indicadores de violência, de abusos policiais e de medo na Vila Kennedy continuam como antes. A pergunta é: essa moradora vai apoiar a proteção de direitos humanos se a situação na Vila Kennedy piorar? Ou apoiará ações militares mais fortes e mais violentas?

O recorde de medo da violência verificado na pesquisa Fórum/DataFolha e a reiteração da tese de que “nada funciona” em segurança pública está na base da operação política que nos colocou diante do imprevisível.

A intervenção foi uma medida precipitada, arriscada e irresponsável, que pode ter colocado o Rio e o Brasil em uma escalada de anseio por medidas mais radicais, defendidas por argumentos capciosos por políticos. A crença, repetida em discursos oficiais de que “o assassinato de Marielle prova que a intervenção era necessária” pode se transformar na percepção de que a chacina de cinco rapazes em Maricá e o assassinato de outros oito na Rocinha mostram que a intervenção não é suficiente e outras medidas são necessárias.

Não se trata de pânico ou beco sem saída. As saídas são mais do que conhecidas: reformar as polícias; substituir as políticas de confronto por políticas consistentes e de longo prazo de Inteligência e investigação; mudar a relação com as populações das áreas de periferia oferecendo segurança, proteção da vida e policiamento de proximidade no lugar de uso da força; rever as políticas de drogas que desperdiçam recursos e profissionais na guerra às drogas, entopem as penitenciárias com jovens do varejo do tráfico e fortalecem as facções do crime; modernizar o sistema de justiça criminal, abarcando não só as polícias, mas as Defensorias, MP e Justiça; integrar as municipalidades no sistema.

Nós sabemos o que precisa ser feito para responder ao medo e aumentar a segurança. O problema, nessa altura da vida do nosso país, é quem vai fazê-lo e como.

Étienne de La Boétie, o autor do “Discurso sobre a servidão voluntária”, obra do século XVI, argumentou que servidão voluntária é mau encontro, é supressão da vontade própria assimilando a vontade do tirano como razão. A intervenção federal e outras medidas de força em curso para promover a segurança talvez atinjam a história do Brasil na forma de um encontro indesejável e acidental com parte de nossa natureza: violenta, injusta e cruel.

■ **Silvia Ramos** é cientista social, Anabela Paiva é jornalista e Pablo Nunes é cientista político. Todos coordenam o Observatório da Intervenção no CESeC/UCAM.

Nada nos demove: nossos sonhos são muito bons

Ana Carolina Evangelista e Manoela Miklos

O Fórum Brasileira de Segurança Pública e o Observatório da Intervenção lança dados preciosos que nos permitem avaliar as fontes de segurança e insegurança que acometem a sociedade civil carioca, em especial no ambiente hostil da intervenção federal e da tragédia que nos deixa chocados que significa a brutal execução extrajudicial da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson.

Os dados mostram sem dúvida a precariedade e o risco que nos aflige a todos, mas que atinge em especial aqueles que residem em territórios vulneráveis.

O coletivo #AgoraQueSãoElas apoiou Marielle desde de que ela corajosamente se dispôs a ser a corporificação do novo. Da política de afetos que o feminismo defende. Agora sentimos a dor da falta que ela faz. A culpa, a sensação de que uma bala daquelas é de todas nós. Mas, ao mesmo tempo, a busca por um estado de espírito que amadureça o ceticismo que nos faz endurecer, mas não desista da nossa postura ingênua que alimenta nossa ousadia. Nossa insistência e resistência. Está aí nosso desafio: defender a renovação, mas proteger nossos novos e novos.

Os dados apontados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública deixam explícitas as sensações de medo e como as pessoas se sentem em risco. Os números são altíssimos, em quase todas as situações perguntadas supera a marca de 70% as pessoas que afirmam ter medo de sofrer determinado tipo de violên-

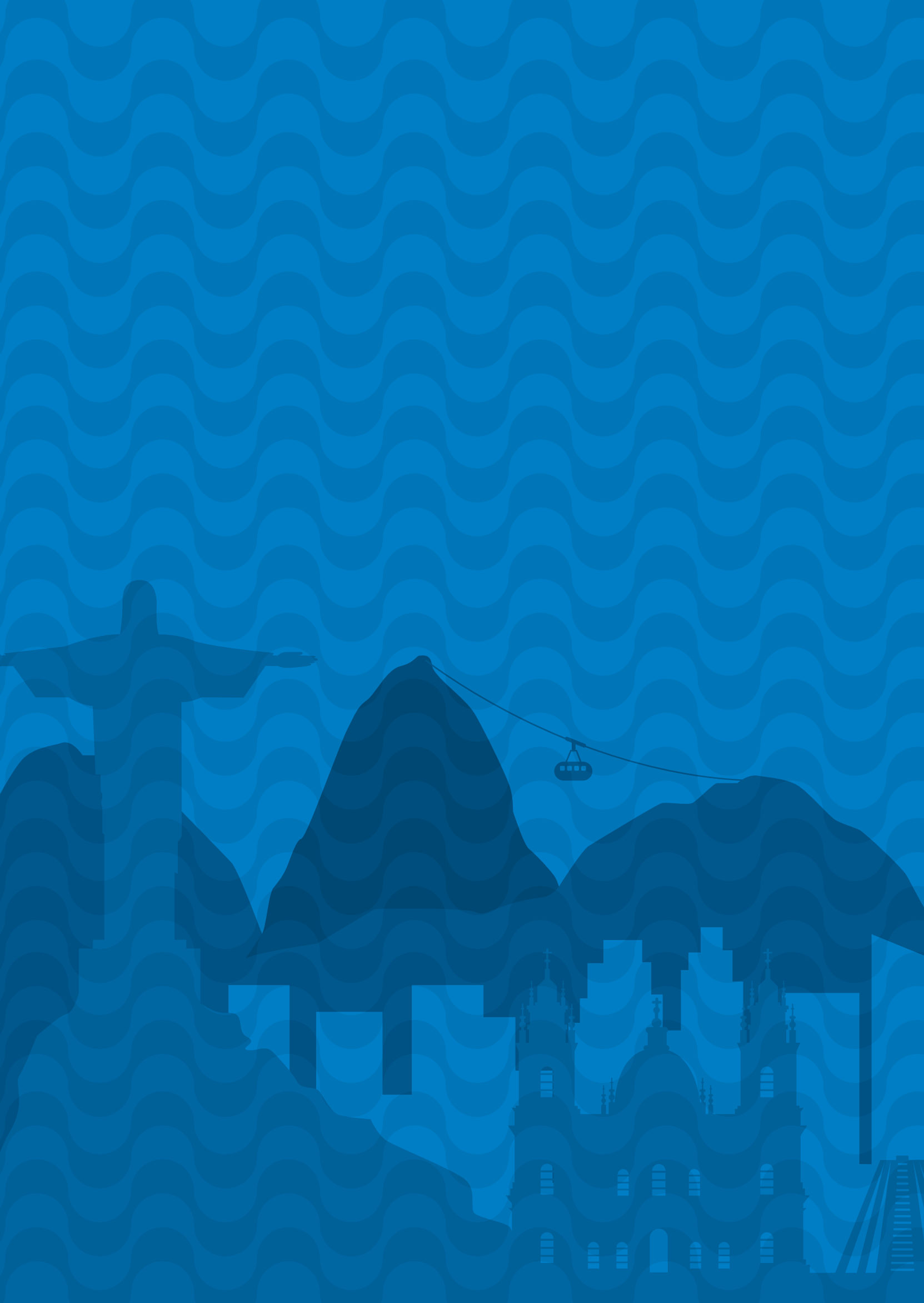
cia. É um estado de alerta e medo constante.

A percepção sobre o risco de sofrer determinado tipo de violência é muito alta. Quando perguntadas sobre a chance de sofrer um assassinato no próximo mês, 35% considera ter uma chance alta, sendo 39% entre as mulheres. É um dado alarmante. São mulheres num estado constante de não ver futuro para si e nem para os seus filhos.

E o que esse medo constante gera também para a saúde mental, principalmente, das mulheres que vivem em territórios nesta situação? É fundamental começarmos a analisar as questões referentes à saúde mental das populações em risco. Incluir questões em nossas pesquisas que possam medir como a violência percebida e concretamente vivida impacta em outras dimensões da vida. É importante adotarmos uma perspectiva holística de segurança que incorpore saúde mental como elemento central de nossas análises.

Marielle dizia: a vida não é fácil, bebê. Não é mesmo companheira. Mas nada nos demoveu: compreenderemos esse fenômeno e encontraremos meios de combatê-lo. Nossos sonhos são muito bons.

■ **Ana Carolina Evangelista e Manoela Miklos** são do coletivo #AgoraEQueSaoElas.



Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Rua Amália de Noronha, 151 · Conj. 405
Pinheiros · São Paulo · SP · Brasil
CEP: 05410-010
tel/fax: 55 11 3081-0925
www.forumseguranca.org.br

